

Nota da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) sobre o Projeto de Lei 490/2007

A Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) optou, em sua última Assembleia Geral, por “escutar e responder, com esperança, os gritos e os clamores de nosso tempo, para tornar visível o Reino de Deus”. Infelizmente não faltaram situações e acontecimentos que colocaram em risco a dignidade humana e o processo democrático de nosso país nos últimos meses. Um desses lamentáveis acontecimentos foi a aprovação no dia 30 de maio de 2023, pela Câmara Federal, com 283 votos favoráveis, do Projeto de Lei 490/2007, conhecido como Marco Temporal.

A aprovação desse Projeto Lei pela Câmara Federal é um duro golpe e uma afronta aos direitos fundamentais dos povos originários e à Constituição Federal. Esse Projeto terá consequências nefastas na já preocupante situação de violência contra os povos originários e praticamente vai inviabilizar a demarcação de suas terras.

Não podemos calar diante dos gritos de tantos irmãos e irmãs que se sentem ameaçados em seus direitos fundamentais. “Assumir a ecologia integral e o bem-viver como um estilo de vida, na defesa da Casa Comum e dos povos originários” faz parte de nosso compromisso profético. Por isso manifestamos a nossa solidariedade:

- Aos povos originários neste momento particularmente crítico em que estão em jogo a sua dignidade e os seus direitos fundamentais.
- A todas as religiosas e religiosos que com desprendimento, ousadia e profetismo estão comprometidos (as) com lutas com os povos originários.
- Aos líderes dos movimentos sociais que constantemente sofrem ameaças pelos seus compromissos com a justiça, direitos humanos e luta pelo Meio Ambiente.

O Projeto de Lei 490/2007 ainda precisa passar pelo Senado e pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), previsto para o dia 7 de junho. É indispensável acompanhar tramitação desse Projeto de Lei e o julgamento do Supremo Tribunal Federal. Unir forças e exercer pressão são fundamentais para que os direitos dos povos originários previstos na Constituição sejam respeitados e possamos superar esta grave ameaça e este capítulo triste da nossa história recente.

Cordiais saudações a todos e todas.

Brasília, 05 de junho de 2023.

Eliane C. de Souza